

OS ANARQUISTAS E O MOVIMENTO OPERÁRIO DO INÍCIO DO SÉCULO

Ampla solidariedade de classe; democracia de base; internacionalismo; ação direta; táticas de greve, boicotagem e sabotagem; combate ao burocratismo e corporativismo sindical; independência de classe; anti-capitalismo; criação de uma cultura operária e combativa são alguns dos princípios que vão caracterizar o sindicalismo de orientação libertária em todo o mundo.

No Brasil a atuação dos anarquistas se deu predominantemente dentro de organizações operárias de orientação sindicalista revolucionária e em grupos específicos libertários destinados à propaganda e em alguns casos, à articulação da ação no movimento operário.

A nascente classe operária brasileira

As condições que envolviam o trabalho industrial no período de final do século XIX e início do século XX eram das mais precárias. Fábricas em sua maioria que não tinham sequer janelas, jornadas médias de 14 horas por dia, por 6 dias da semana, salários baixíssimos. Não havia indenização por acidentes de trabalho e ao envelhecer o trabalhador não contava com aposentadoria. Grande parte da força de trabalho era constituída por crianças com cinco anos ou menos. As crianças eram freqüentemente espancadas. Em 1920, 50% dos operários têxteis do país eram formadas por mulheres e crianças com menos de 14 anos de idade.

Mais da metade das indústrias brasileiras estavam concentradas no eixo Rio-São Paulo. De um total de 275 000 operários em 1920, 84 000 estavam em São Paulo, 56 000 no Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul vinha em terceiro com 25 000 trabalhadores na indústria. Grande parte destes contingentes era formado por imigrantes europeus.

Foi predominantemente os anarquistas que organizaram os primeiros sindicatos no Brasil e através de sua prática combativa arrancaram conquistas operárias de uma classe dominante acostumada a tratar os trabalhadores como escravos. Com a abolição da escravatura a classe dominante iria promover uma política racista de branqueamento da população incentivando a imigração para o país. O que não contava é que estes imigrantes pobres, principalmente de origem italiana e espanhola traziam na bagagem as experiências de luta em seu país. A classe dominante então tratou de criar o estereótipo do agitador estrangeiro, “flor exótica”, que vinha trazer suas “idéias venenosas” aos trabalhadores brasileiros de “índole pacífica e cordial”. No entanto a ocorrência de greves em cidades como Recife e Salvador, onde a presença imigrante era insignificante vinha a desmentir esta afirmação.

No Rio Grande do Sul, peleias com a social-democracia

O final do século XIX representou para o Rio Grande do Sul grandes transformações. Entre 1872 e 1890 a população dobrou, as cidades cresceram e tem início um significativo crescimento industrial. As primeiras indústrias vão se localizar nos principais centros urbanos, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, e depois nos núcleos coloniais como Caxias do Sul e São Leopoldo. Da última década do século XIX até os anos 20 temos uma mudança gradativa no perfil estritamente agropecuário do estado para um perfil urbano e industrial.

Até então a organização operária se restringia à associações mutualistas, que serviam para reunir fundos destinados a dar assistência aos trabalhadores em caso de doença ou velhice, por exemplo. No entanto não eram organizações que reivindicassem esses e outros direitos aos patrões.

Nestes anos a imigração que chega ao Rio Grande do Sul é predominante de origem alemã, cujas posições políticas eram predominantemente ligadas à social-democracia daquele país. Assim vemos as associações operárias desta época, e até a primeira década do século seguinte, com forte influência desta corrente. O seu grande objetivo é que os operários formassem um partido para concorrer com seus candidatos próprios.

Em 1892, pela 1ª vez no Brasil, é realizado o ato de Primeiro de Maio, reunindo a massa operária na Praça da Alfândega em Porto Alegre, impulsionado por anarquistas.

Em 1894 é fundado em Porto Alegre o *Grupo dos Homens Livres*, que reunia anarquistas na maioria de origem italiana. Alguns vinham da Colônia Cecília no Paraná. Se encontravam, entre outros, Giovanni Rossi e Gigi Damiani, que junto com o médico Frederico Geyer fundam o jornal libertário “*A Luta*”.

Em janeiro de 1897 é organizado o *Primeiro Congresso Operário do Rio Grande do Sul*. Os anarquistas intervêm no Congresso participando como “Grupo Libertário”, que propõe a utilização do método do boicote, que é aceito pelo Congresso.

Em 1905 é fundada a *União Operária Internacional*, que funcionaria como uma espécie de braço sindical do *Grupo dos Homens Livres*, reunindo aqueles sindicatos de orientação anarquista. As polêmicas entre anarquistas e sociais-democratas vão se tornando mais acirradas, na medida em que se intensifica a

atuação libertária. No primeiro de maio de 1906 em Porto Alegre, enquanto o grupo social-democrata mantém o estilo festivo das comemorações, os anarquistas defendem a promoção de atividades de cunho contestatório.

Neste ano dá-se a fundação do jornal anarquista *A Luta*, retomando o nome daquele do final do século 19. Tem como editores Polidoro Santos, José Rey Gil (que havia rompido com os reformistas) e Reinaldo Gayer. Este jornal irá travar grandes polêmicas com a social-democracia e seus jornais *A Democracia* e *O Avante*, em especial na defesa da organização autônoma dos sindicatos, no afastamento dos trabalhadores da política partidária e da defesa da boicotagem. Por isso os anarquistas e outros simpáticos à essas propostas se definiam muitas vezes simplesmente como *sindicalistas*.

Ainda neste ano é fundada e mantida pelos anarquistas a *Escola Eliseu Reclus*, na mesma sede de *A Luta* (localizada na Rua das Andradas nº 64). Os anarquistas tinham suas divergências com os ditos socialistas também no que tange à educação, pois defendiam uma forma autônoma de educação do operariado e seus filhos, impedindo a intervenção do Estado e da classe patronal nos conteúdos ministrados.

Em São Paulo

Em São Paulo a militância libertária e sindicalista iria se agrupar em torno do jornal *O Amigo do Povo*, que passou a circular em 1902, tendo Edgar Leuenroth, Neno Vasco, José Sarmento Marques e Giulio Sorelli entre seus militantes mais combativos. De 1903 a 1905 se daria a proliferação das ligas de resistência, que em 1905 se agrupam para constituir a *Federação Operária de São Paulo*. Por outro lado haviam militantes anarco-comunistas que criticavam os aspectos reformistas do sindicalismo, entre eles Gigi Damiani, Oreste Ristori, Alessandro Cerchiai, Angelo Bandoni e Florentino de Carvalho. O grupo, surgido em torno do jornal libertário *Il Risveglio*, de 1889, iria se firmar em 1904 com o jornal *La Bataglia*.

No 1º de maio de 1907 convocado pela FOSP várias categorias entram em greve, mas a repressão policial que se segue é grande, fechando a FOSP, prendendo os militantes mais combativos. Apesar de não ter trazido conquistas econômicas, houveram conquistas morais e éticas pela avaliação dos anarquistas, por ter rompido a indiferença dos operários.

O 1º Congresso Operário Brasileiro

Por iniciativa do movimento operário carioca e impulsionado predominantemente pela militância anarquista, após intensa troca de circulares e propaganda, este congresso se realiza nos dias 15 a 20 de abril, no Rio de Janeiro, com a participação de cerca de 50 organizações operárias. Entre as deliberações destacam-se:

- Fundação da *Confederação Operária Brasileira (COB)*;
- Criação do jornal *A Voz do Trabalhador*;
- Abolição das organizações operárias toda forma de atuação político-partidária: o Congresso aconselhava o proletariado a “*por fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral*”;
- Organização das mulheres nos sindicatos;
- Combate da exploração do trabalho infantil;
- Criação de escolas laicas para os sócios das associações operárias e seus filhos;
- Não admissão de função remunerada para cargos no sindicato, a não ser em casos de necessidade absoluta. Neste caso, o salário não deverá ser superior ao normal da profissão e deve-se dar preferência aos sócios inutilizados pelo e para o trabalho;
- Não concessão de títulos honoríficos e de distinção de espécie alguma;
- Não admissão de sócios não operários;
- Priorização da luta pelas 8 horas de trabalho;
- Priorização do sindicato de resistência ao cooperativismo e a beneficência, pelo fato destas serem “*a carga do operariado, facilitando mesmo ao patrão a imposição das suas condições*”; contribuindo a “*embaraçar a ação da sociedade, que falta inteiramente ao fim para que fora constituída a resistência*”.
- Combater o militarismo;
- Lutar pelo recebimento em dia dos salários.

O Congresso aprova uma moção em que “*considera como único método de organização compatível com o irreprimível espírito de liberdade e com as imperiosas necessidades de ação e educação operária o*

método federativo, a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e, como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade.”

O Congresso também aprova a deflagração de uma greve geral para a conquista das 8 horas de trabalho para o dia 1º de maio de 1907. Iniciada em São Paulo, esta estende-se rapidamente a outros estados, sendo brutalmente sufocada pela polícia.

A Greve dos 21 dias

Em outubro de 1906 ocorre uma greve generalizada em Porto Alegre, que inicia no dia 1º com a categoria dos marmoristas (cuja direção era anarquista) pelas 8h de trabalho

Os sociais-democratas Francisco Xavier da Costa e Carlos Cavaco convocam reuniões onde se decide a fundação da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Esta, no entanto, *“toma parte (da greve) apenas como elemento decorativo”*, segundo o anarquista Polidoro Santos.

A cidade vive momentos de grande agitação. O policiamento é ostensivo, são já cerca de 5000 em greve e os piquetes para impedir os fura-greves são frequentes. No dia 9 os operários se pronunciam contrários a proposta de 9h diárias proposta pela patronal e mantêm-se em greve. A polícia faz várias prisões. A patronal não consegue ficar muito coesa e alguns são obrigados a ceder frente a força dos operários.

Não havia consenso sobre os rumos da greve no movimento operário. Nos dias 18, 19 e 20 os jornais fazem pressão para que a greve acabe, noticiando a volta de alguns operários ao trabalho, onde seriam *carinhosamente recebidos* pelos patrões, que *por mal inspirados* haviam abandonado. A greve termina oficialmente no dia 21.

Os anarquistas criticaram os socialistas por terem influenciado o fim da greve sem que as reivindicações fossem alcançadas. Além disso denunciavam que, ao contrário do que os jornais pregavam, existiam perseguições contra os grevistas no retorno ao trabalho. A categoria dos marmoristas continuou em greve até a vitória das 8 horas.

No início algumas associações operárias, aquelas de influência anarquista, se recusam a ingressar na FORGS, divergindo da orientação social-democrata, ou “socialista”, como se dizia. Entre eles estão *o Sindicato dos Marmoristas, a União Operária Internacional, o Grêmio de Artes Gráficas e a Escola Eliseu Reclus*

Anarquistas na FORGS

Enquanto os sociais-democratas se aproximavam cada vez mais do Partido Republicano Riograndense, os anarquistas iam aumentando sua força no movimento operário. Em 1911 o diretor de *o Echo do Povo* escreve para Borges de Medeiros para changuear um cargo na Assembléia – *“a classe proletária também merece ter um representante seu na Assembléia Estadual, que se comprometa a agir dentro das normas do Partido que V. Ex. exemplarmente dirige, e que tem elevado o Estado do RS a esfera dos primeiros da Comunhão Brasileira.”*

De fato, de 1912 a 1930 a principal figura da social-democracia da época, Francisco Xavier da Costa será Conselheiro Municipal pelo PRR.

Em março de 1911 a chapa dos anarquistas ganha a eleição da diretoria da FORGS, levando à novas adesões à entidade de um lado, e a saída das associações fiéis ao socialistas de outro. É escolhido Lucidio Marinho Prestes presidente, Polidoro Santos, secretário e Carlos Nogueira de Oliveira, tesoureiro. Lucidio Marinho teria aderido ao anarquismo nesta época, tendo anteriormente militado com os socialistas. O anarquista Polidoro Santos relatou que as entidades não participavam anteriormente porque a FORGS levava uma *“vida quase apagada alimentada por pessoas que tinham mais amor aos seus interesses pessoais que à coletividade operária, e por isso esperavam ocasião azada para por em prática alguma tentativa de bons resultados políticos”*.

A FORGS partia para seu período de maior atividade. Publica jornais (*A Voz do Trabalhador e Aurora*), realiza comícios e excursões de propaganda pelas cidades do interior, estimula a criação de escolas, teatros, bibliotecas e salas de leituras e fornece seu decisivo apoio às lutas dos trabalhadores.

As Lutas contra a Carestia

Em São Paulo o operariado voltava à um período de agitação com as comemorações do 1º de Maio em 1912 organizadas por anarquistas e socialistas e a agitação promovida pelo *Comitê de Agitação contra a Carestia de Vida*, seguindo-se várias greves. No mesmo ano a FORGS também realiza, na Praça Senador Florêncio, um comício para protestar contra a carestia de vida. Encerrando o comício a multidão desfilou pela Rua das Andradas e depois dirigiu-se à sede da FORGS.

O Congresso Pelego

O governo começava a ensaiar os primeiros passos no seu propósito de domesticar o movimento operário, quando em novembro de 1912 é convocado o “4º Congresso Operário Brasileiro” (não se sabe quais congressos se considerava serem o 2º e o 3º). Idealizado pelo deputado e tenente Mário Hermes e seu pai, o presidente marechal Hermes da Fonseca, o Congresso oferecia aos operários passagem e estadia pagas. O Congresso decide fundar a *Confederação Brasileira do Trabalho* que não foi além da criação de seus estatutos.

O 2º Congresso Operário Brasileiro

Sob intensa campanha contra a lei de expulsão de estrangeiros, o 2º Congresso se realiza nos dias 8 a 13 de setembro de 1913. Este ratifica os pontos aprovados no 1º Congresso e avança a discussão sobre a organização do operariado, aprovando a moção denominada “*Mecanismos de Organização Federativa do Operariado*”. Entre os muitos “considerandos” que justificam as normas aprovadas, percebe-se o forte conteúdo libertário: “(...)considerando que a evolução histórica se realiza no sentido da liberdade individual; que esta é indispensável para que a liberdade social seja um fato; que esta liberdade não se perde sindicalizando-os com os demais produtores e, ao contrário se aumenta, pela intensidade e extensão que adquire a potencialidade individual; que o homem é sociável e conseqüentemente, a liberdade de cada um não se limita pela do outro, segundo o conceito burguês; ao contrário, a liberdade de cada um se completa com a liberdade geral (...)”

Entre as moções aprovadas pelo Congresso se encontra o voto de solidariedade à revolução em curso no México..

Florescimento de atividades de cunho cultural e educativo.

Especialmente nas duas primeiras décadas do século XIX, o movimento operário gaúcho passa a contar com vários instrumentos culturais, educativos e esportivos para a união da classe.

Na União Operária de Rio Grande, entre outras atividades, se realizavam peças teatrais de autoria da libertária Agostina Guizzardi desde o ano de 1905. A militância anarquista buscava utilizar o teatro como meio educativo de propagação de ideais, utilizando temas relacionados à luta de classes, valores e costumes, com o fim de atingir o maior número possível de trabalhadores. Apesar dos esforços das associações operárias em fundar escolas e bibliotecas, o acesso aos livros era limitado devido ao analfabetismo, o custo dos livros e a falta de traduções de obras teóricas, assim como à longa duração das jornadas de trabalho.

A busca de uma educação destinada aos operários e seus filhos, livre da ideologia do Estado e da Igreja era também uma preocupação que motivou anarquistas em diversas partes do mundo a criar as Escolas Modernas ou Racionalistas, inspiradas nas idéias defendidas pelo educador espanhol Francisco Ferrer. Com concepções inovadoras, como o ensino laico, a educação mista de meninos e meninas e a ênfase no aprendizado através da prática, as escolas operárias foram uma experiência de grande importância no campo da pedagogia.

Uma das precursoras no Brasil, senão a primeira, é a professora Malvina Tavares. Natural de Encruzilhada do Sul, se formou professora em Porto Alegre e foi lecionar no ano de 1899 em São Gabriel da Estrela, distrito de Lajeado, hoje Cruzeiro do Sul, onde estabeleceu sua escola. A sua pedagogia libertadora rendeu bons frutos. Entre seus alunos estavam os irmãos e irmãs Martins: Henrique (que depois adotaria o pseudônimo Cecílio Vilar), Nino, Armando, Espertirina, Eulina, Dulcina e Virgínia, que iriam se tornar ativos (as) militantes anarquistas.

Desde 1913 a FORGS manterá em sua sede uma escola onde ensina-se primeiras letras, desenho e música; e periodicamente são realizadas preleções sobre assuntos religiosos, filosóficos, sociais e científicos. As aulas são frequentadas por adultos e crianças e mantida com contribuições voluntárias dos alunos e sócios das associações federadas.

Nos princípios de 1914 é inaugurada no bairro operário de Navegantes a *Escola Moderna*, para adultos e crianças. Em 1915 é fundado, por Polidoro Santos, Cecílio Vilar, Zenon de Almeida, Djalma Feterman e outros, o *Instituto de Educação e Ensino Racionalista*. Localizada na rua Ramiro Barcelos, ficava na então chamada Colônia Africana onde viviam predominantemente negros e judeus pobres. Esta escola chegou a ter cerca de 400 alunos, de ambos os sexos.

Tais escolas, fundadas e mantidas pelos operários, estavam integradas à todo um ambiente de luta e criação de consciência de classe. Isto pode ser ilustrado através de uma notícia veiculada em maio de 1919 no *Correio do Povo*, que informa que nas comemorações do 1º de maio a passeata operária parou na frente da *Escola Moderna* e ali foi saudada por seus alunos e a professora Dorvalina Ribas com o hino *Porvir*, ao qual os trabalhadores responderam cantando o hino *Filhos do Povo*.

Muitas outras atividades culturais e educativas foram desenvolvidas. Infelizmente muito do que foi produzido foi destruído pela repressão policial.

Cresce o movimento em Pelotas

Em Pelotas começa a funcionar a partir de 1914 o *Centro de Estudos Sociais*, que funcionava na sede da *Liga Operária* e do qual participavam vários militantes anarquistas. Neste fundou-se o *Grupo Iconoclasta*, que ira reunir e organizar a atuação dos anarquistas. Este grupo seria o responsável pela publicação *A Luta*.

No mesmo ano são fundados o *Ateneu Sindicalista Pelotense* e o *Grupo de Teatro Social 1º de Maio*, ambos ligados ao atuante grupo *Iconoclasta*. No mesmo período também é organizado o *Centro Feminino de Estudos Sociais de Pelotas*.

As Greves de 1917

O ano de 1917 foi tomado por grandes greves em todo o país. A elevação da carestia de vida, crise do trabalho, elevação dos preços, maior exploração do trabalho infantil e feminino são alguns dos fatores que contribuía para o aumento da mobilização dos operários.

O encarecimento dos produtos de primeira necessidade, em especial dos alimentos, era atribuído à ação dos açambarcadores, cujos agentes percorriam o interior do estado comprando toda a produção e armazenando-a para a exportação. Os gastos com a alimentação consumiam cerca de dois terços dos gastos domésticos.

O combate ao trabalho infantil foi eleito uma das principais bandeiras de luta do *Centro Libertário* de São Paulo, em março de 1917. Em março e abril se realizariam vários comícios do *Comitê Popular de Agitação contra a Exploração de Menores* nos bairros operários.

A participação operária era expressiva nos comícios e no 1º de Maio. O passo seguinte era organizar ligas de resistência nos bairros onde residiam os trabalhadores. A primeira é criada em maio na Mooca. Iniciam movimentos por aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho.

Pelos meses de maio e junho várias fábricas de tecidos entram em greve. Os anarquistas deflagram um campanha com o lema "*Toda solidariedade aos grevistas*". Os embates entre a polícia e os grevistas são freqüentes. Num destes conflitos, é assassinado o jovem sapateiro anarquista José Iniguez Martinez, em 9 de julho. A partir daí a greve vai se alastrar rapidamente pela cidade, tomando o operariado de uma forte comoção e disposição para a luta.

No mesmo dia da tragédia, à noite, o grupo de editores dos jornais anarquistas *Guerra Social* e *A Plebe*, os militantes do *Centro Libertário de São Paulo*, os socialistas do jornal *Avanti* e do *Centro Socialista de São Paulo* e os representantes das ligas operárias, das corporações em greve e de associações político-sociais se reúnem no *Centro Libertário* para discutir os rumos da greve. Então se decide constituir o *Comitê de Defesa Proletária (CDP)*. Edgar Leuenroth assume o papel de secretário do CDP com o pseudônimo Frederico Brito.

O CDP decide transformar o enterro numa grande manifestação popular. Este ocorre no dia 11 de julho, sob intenso frio e chuva. Na cerimônia fúnebre vários oradores falaram, protestando contra a violência policial, pedindo a soltura dos grevistas presos, clamando pela liberdade de organização e exigindo a reabertura de duas entidades de orientação anarquista fechadas pela polícia, a Liga Operária da Mooca e a Escola Nova.

O CDP desde aí manteve-se permanentemente reunido de forma clandestina para evitar represálias da polícia, coordenando os rumos da greve e divulgando os acontecimentos ocorridos em São Paulo através de circulares enviadas ao interior do estado à COB. *Solidariedade* seria a sua palavra de ordem e a *greve geral* sua bandeira de luta. Diversas categorias responderam ao apelo da CDP e em 11 de julho o nº de grevistas chega a vinte mil. Neste dia se realiza um comício com cerca de 3 mil pessoas na Praça da Sé, pedindo o direito de associação e liberdade para os presos. A noite em reunião clandestina do CDP com representantes de 36 associações operárias e de várias comissões de greve se decide agrupar em um único memorial as reivindicações comuns a todas as categorias, como também da população em geral. Quando a pauta de reivindicações se tornou pública em 12 de julho, São Paulo parou. Por três dias as atividades industriais, comerciais, serviços e transporte ficaram paralisados. Cerca de 100 mil trabalhadores estavam em greve. A greve repercute no interior do estado e nas principais cidades brasileiras, de onde as agremiações brindam seu apoio moral e financeiro. Em Santos a UGT decreta greve geral em solidariedade à greve de São Paulo.

No dia 15 os representantes do poder público e alguns industriais cedem às reivindicações. No dia 16 a CDP convoca 3 comícios em locais diferentes da cidade para deliberar sobre sua proposta de aceitar o acordo. Num deles compareceram mais de 10 mil pessoas. Nos três comícios os trabalhadores votaram e

aprovaram a “*Ordem do Dia do CDP*” de retomada ao trabalho nos estabelecimentos onde os patrões aceitaram as bases do acordo e a manutenção nos demais lugares. Comemorada as vitórias obtidas ao som da *Internacional*, a greve obteve antes de tudo a conquista da confiança dos operários em suas próprias forças.

Logo as greves se estenderiam também pelo Rio de Janeiro, Curitiba e cidades do sul do Paraná, com ocorrência de violentos choques com a repressão.

No Rio, desde o início do ano estavam sendo promovidas intensas campanhas contra a carestia de vida, impulsionados pela FORJ, criada em 1906 e pelo *Centro Libertário*. Em janeiro é criado o *Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o Aumento dos Impostos*, que passa a coordenar as manifestações na cidade e nos subúrbios onde são instalados sub-comitês. Em fevereiro são realizados uma série de comícios, apesar da proibição policial. O período é de organização e reorganização sindical e entre março e junho várias categorias se organizam. Em maio se dá uma greve de uma Fábrica de Tecidos e ocorrem choques com a polícia.

Mas é em 7 de julho, quando o trágico desabamento do NY Hotel causa a morte de dezenas de operários, era o que falava para acirrar o descontentamento dos operários. O sindicato da construção civil encabeça um movimento que faz do enterro das vítimas um ato de protesto. Embalados pelas notícias de São Paulo, a greve é decidida em 17 de julho, e logo se generaliza. A FORJ elabora um programa semelhante ao do CDP, mas incluindo ainda a fixação do salário mínimo e salário igual para homens e mulheres. Em agosto a polícia fecha a FORJ. Algumas categorias obtêm conquistas. O movimento operário carioca iria viver o seu grande momento no ano seguinte.

A Guerra dos Braços Cruzados

No Rio Grande do Sul os primeiros incidentes se dão quando em Santa Maria um grupo de ferroviários da Viação Férrea do RS se apossa de uma locomotiva e percorre a linha de Marcelino Ramos propagandeando a greve. No dia 29 de julho circularia amplamente um protesto que denunciava a exploração dos trabalhadores pela administração da ferrovia.

Em Porto Alegre, a greve é deflagrada em 31 de julho e termina em 4 de agosto, posteriormente às greves nos outros estados. Sua principal motivação é a carestia, especialmente dos gêneros alimentícios.

A atuação dos anarquistas na greve começa um mês antes pela busca de revigoração da União Operária Internacional, que consta que em algum momento entre 1915 e 17 havia deixado de existir. Em Porto Alegre os anarquistas não agiam conjuntamente com os sindicatos existentes, mas em seu interior. A UOI, reorganizada com elementos de todas as categorias começou a agir no interior de cada sindicato e da própria FORGS para convocar uma mobilização popular contra a carestia.

No dia 29 de julho se convoca uma reunião da FORGS, com a presença de mais de 500 pessoas. A reunião não é aberta pelo então presidente da FORGS, o tipógrafo Ezequiel Oliveira, mas pelo delegado da UOI, o pedreiro Luiz Derivi, passando então a palavra a Cecílio Vilar. Ambos os discursos combatiam uma posição, provavelmente a que ocupava os cargos da administração de então da FORGS, contrária a greve. Nessa reunião é nomeada a Liga de Defesa Popular, que iria organizar toda a mobilização. São nomeados Cecílio Vilar, Luiz Derivi e Salvador Rios, que escolheriam dois membros de cada associação filiada para compor a Liga.

A pauta de reivindicações inclui, de modo geral, medidas para diminuição dos preços dos alimentos e artigos de primeira necessidade, da água, aluguel e bondes; aumento dos salários, jornada de 8 horas de trabalho e de 6 horas para mulheres e crianças.

No dia 30 boletins da FORGS e do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Classes Anexas, distribuídos e afixados em postes no Campo do Bomfim, convocam os trabalhadores para uma concentração pública na Praça da Alfândega para o dia seguinte. A LDP havia preparado um comício para publicizar a greve no dia 31 de julho.

Ao meio-dia os ferroviários do RS se declaram em greve, o que já condicionou a paralisação do alto comércio neste dia. Na tarde do dia 31 já estavam em greve as estações de PoA, Santa Maria, Rio Grande, Bagé, Gravataí, Passo Fundo, Couto, Cacequi e Rio Pardo. O inspetor da Viação Férrea promete despedir todos os grevistas, passa a admitir funcionários não especializados e solicita a imediata intervenção das tropas militares.

Uma hora antes do comício já era intenso o movimento de populares na praça da Alfândega, em PoA. Meia hora depois chegava o policiamento, com mais de 120 homens da BM, Piquete da Chefatura de Polícia, Escolta Presidencial, Polícias Administrativa e Judiciária.

O comício foi aberto por Luiz Derivi e contava com a participação de cerca de 4000 a 5000 pessoas e forte reforço policial. O orador mais saliente foi Cecílio Vilar, falando sobre os motivos da convocação do meeting e as causas da carestia: “*o momento não é para conciliações, e de luta. A luta mais justificável, a*

luta pela vida. Os operários devem se erguer como um só homem, para sair as ruas e conquistar o pão que nos está sendo roubado e a fim de protestar contra a exploração de que é vítima a classe trabalhadora”.

Entre 31 e 4 de agosto a vida urbana em Porto Alegre foi completamente alterada. Participaram da greve pedreiros, padeiros, trapicheiros e estivadores, trabalhadores da Cia Força e Luz, operários têxteis, carroceiros, caixeiros, choferes, tipógrafos, entre outros. Estimativas apontam para cerca de 30.000 grevistas em PoA.

No dia da deflagração da greve se reuniu a *União dos Condutores de Veículos*, decidindo a aderência da categoria. Estes trabalhadores passariam a controlar o tráfego na capital. No dia 1º de agosto o diretor da Santa Casa dirige-se à FORGS para solicitar providências no sentido de manter o fornecimento de gêneros à casa de saúde. Foram fornecidos ao diretor dois salvo-condutos, assim como ao Hospício São Pedro e Asilo da mendicidade, e estaria livre a venda de gêneros as residências onde houvesse doentes. No salvo-conduto, em cujo topo lia-se *“Justiça”* em vermelho, constava também que *“O portador do presente tem plena autorização da Liga de Defesa Popular para conduzir carne verde e outros artigos destinados aos doentes da Santa Casa”*. Sem o documento não havia circulação de carroças.

No dia 2 de agosto se dá uma ocupação militar da estação de Santa Maria. Em represália, os grevistas arrancam trilhos, derrubam pontes e bloqueiam a via com dormentes e postes telegráficos em vários pontos do estado. Alguns trens passam a circular guarnecidos por tropas. Em Passo Fundo há violentos choques entre ferroviários e forças militares.

Neste mesmo dia é convocada uma manifestação pública para pressionar o governo, cujos locais de concentração seriam a FORGS e a Praça dos Navegantes. A manifestação se dirigiu ao palácio do governo estadual, onde uma comissão da LDP, composta por Luiz Derivi, Cecílio Vilar e Zenon de Almeida é recebida pelas autoridades. Borges de Medeiros declara que decretaria medidas de controle da exportação e atenderia a questão de horas de trabalho e salários para os empregados do estado. A comissão saiu do palácio e comunicou aos já estimados 5000 manifestantes os intentos do governo estadual e municipal. Após as promessas de Borges a greve não declinou e tampouco tornou-se mais *“pacífica”*.

A partir daí aumenta a pressão pelo fim da greve tanto pela imprensa como pela polícia. No dia 3 o Chefe de Polícia ameaçou proibir os meetings e as reuniões em praças públicas, e a partir da tarde são proibidos os *“ajuntamentos”*. A cidade se assemelhava à uma praça de guerra, em todos os recantos suspeitos haviam pelotões de infantaria e patrulhas de cavalaria cruzavam com frequência. Nessas condições, sem possibilidade de manifestações, a greve se reduziria ao confronto patrão-empregado. Durante todo o dia 4 são feitas reuniões na sede da FORGS avaliando a situação, e às 23h a LDP publica um boletim anunciando o fim da greve e comprometendo-se a apoiar as categorias que ainda se mantivessem paralisadas. Se manterão ainda paralisados estivadores, padeiros, alfaiates, sapateiros, chapeleiros, pedreiros e carpinteiros, calceteiros e canteiros, operários de fábricas de móveis e operários de fábricas de meias.

No dia 5 de agosto chega ao fim a greve dos ferroviários, diante da violenta intervenção das tropas federais, e sem nenhuma reivindicação conquistada devido a intransigência da direção da Viação Férrea, controlada na época por uma concessionária belga.

Em relação a totalidade das reivindicações, pode-se dizer que houve vitória parcial dos trabalhadores.

Muitos militantes anarquistas tiveram que sair de Porto Alegre devido às perseguições resultantes de sua atuação na greve. Isso, mais o fato de alguns terem encarado a atitude de Borges de Medeiros durante a greve como *“paternalista”* fez com que ganhasse influência na FORGS um grupo pró-PRR, que ganha a direção da entidade em 1918. Nessa época Francisco Xavier da Costa já era conselheiro municipal pelo partido. Os sindicatos de influência libertária se afastam ou são afastados da FORGS e constituem a União Geral dos Trabalhadores. Mas essa direção se afastaria já em julho de 1918.

Greves no interior do estado

Em Pelotas a greve geral é deflagrada em 4 de agosto e não obtêm tantas conquistas. Entre as reivindicações estavam medidas contra a carestia, regulamentação da jornada de trabalho de 8 horas, 6 horas para mulheres e menores e proibição do trabalho de menores de 14 anos. Nos moldes da LDP, funda-se um Comitê de Defesa Popular.

Uma passeata realizada no centro da cidade culmina com um comício na Praça 7 de julho. Durante o comício ocorre violenta intervenção policial, provocando tiroteios entre grevistas e polícia municipal. A seguir, intervêm o Regimento de Cavalaria e o conflito vira uma verdadeira batalha campal, que terá como resultado vários feridos de ambas as partes.

Em protesto, os operários se concentram, à noite, na Sede da Liga Operária. Novamente a polícia intervêm. Os operários resistem e o chefe de polícia tem seu cavalo abatido a tiros. Um funcionário da Intendência Municipal é mortalmente ferido. Após muita luta, os grevistas são desalojados do prédio da Liga

Operária. A radicalização política das lideranças operárias era bem maior que a que ocorrera em PoA. Um dos boletins do Comitê chega a proclamar: “*Se tendes brio, sabeis repelir com asco aqueles que vos bajulam, quando de vós precisam e que vos maltratam quando servidos. Nada de voto; nada de urna!*”.

As forças da BM e o próprio Chefe de Polícia deslocam-se para a cidade para tentar mediar as negociações, não só entre patrões e empregados, mas principalmente entre o Comitê de Defesa Popular e a Intendência Municipal. A greve terminaria no dia 15 de agosto com a baixa dos preços de primeira necessidade.

Também haveria greves importantes em Rio Grande, Passo Fundo, Santa Cruz, Montenegro, Bagé e outros centros.

Devido ao não atendimento de suas reivindicações na greve anterior, em outubro de 1917 é deflagrada nova greve dos ferroviários, que utilizam-se de sabotagens e outras formas de ação direta. Em 20 de outubro soldados do Exército alvejam ferroviários em Santa Maria, provocando grandes protestos dos operários de Porto Alegre.

Greve Geral de 1918

No dia 21 de julho é deflagrada a greve geral pelas três entidades – UGT, FORGS e União Metalúrgica. As cinco reivindicações envolvem a ação do Estado: diminuição do preço dos gêneros de primeira necessidade e da passagem de bonde, regulamentação das 8 horas de trabalho, liberdade aos operários canteiros que estavam presos, criação de lei de proteção à acidentes no trabalho.

A imprensa ataca a greve dizendo ser um intento de “sedição anarquista”. Aderiram imediatamente motorneiros e condutores da Força e Luz, os carroceiros e os choferes, paralisando totalmente o transporte urbano. Calculou-se cerca de 1500 grevistas. São colocadas pedras e dinamites sobre os trilhos de bonde. A greve foi rapidamente reprimida pelo governo, com prisão de lideranças (mais de 15, inclusive da FORGS), proibição de “ajuntamentos” em locais públicos, fechamento de entidades operárias, ocupação militar da usina e dos bondes da Força e Luz. Após tais medidas repressivas, começam a explodir bombas, nenhuma com grande potência. Se a greve fracassara nos seus propósitos, por outro lado os anarquistas recuperavam sua influência. Depois de mais ou menos dois meses de negociações, se concretizou a fusão da FORGS com a UGT, adotando-se os estatutos da última.

Em 1919 acontece outra greve generalizada em Porto Alegre onde ocorrem muitos conflitos entre operários e forças repressivas.

Em outubro do mesmo ano haveria uma outra greve, dessa vez na cidade de Rio Grande. No dia 1º os trabalhadores da Cia Francesa do porto, encarregados da carga e descarga se declaram em greve. Reivindicam as 8h e o aumento de 25% dos salários, e desejavam receber por dia e não mais por hora. A greve se alastrou rapidamente, com adesão dos trabalhadores dos bondes, oficinas e Usina Elétrica, deixando a cidade completamente sem luz e sem bonde. O policiamento da cidade ia aumentando cada vez que novas categorias entravam em greve, contando com praças das cidades vizinhas.

A repressão começou no dia 3 de outubro, quando a BM invadiu a sede da União Operária, impedindo a realização de uma reunião. Os operários enviaram um telegrama à Borges de Medeiros, cuja posição foi de que o intendente municipal agisse de forma a sufocá-la. Em seguida foram presos dois operários. No dia 5, a Cia Francesa cede aumento de salários para os grevistas, e a greve se encaminha para o seu fim quando são libertados os operários presos

A insurreição de 1918 no Rio de Janeiro

Em janeiro de 1918 se organiza no Rio a *Aliança Anarquista*, organização específica dedicada à propaganda. Em março é fundada a *União Geral dos Trabalhadores*, em substituição à FORJ que havia sido fechada em 1917. Sob estado de sítio a UGT organiza as comemorações do 1º de maio que ocorre dentro de um Teatro devido à proibição de comícios e manifestações públicas. Desde então ocorrem greves de várias categorias. Em agosto ocorre greve da Cia Cantareira e da Viação Fluminense, por aumento salarial, que paralisa os transportes de barcas entre Rio e Niterói e os bondes, e a qual é sucedida pela greve de outras categorias ligadas ao transporte, em solidariedade. Um conflito entre populares e a Força Pública na Rua da Conceição em Niterói, com a adesão de alguns soldados, abre perspectivas para uma insurreição.

Em Petrópolis a população faminta promove saques. Em setembro, a epidemia da greve espanhola toma conta da cidade piorando a situação do operariado. Em novembro a epidemia decai mas a população segue padecendo de fome.

No dia 18 de novembro os tecelões declararam greve simultânea nas fábricas do Rio, Niterói, Petrópolis, Magé e Santo Aleixo. Também aderem metalúrgicos e operários da construção civil. Este era o dia marcado para uma insurreição que derrubaria o Estado, substituindo-o por um conselho (soviet) de

operários e soldados. No meio da tarde os trabalhadores começaram a convergir para o Campo de São Cristóvão, onde a polícia dá ordens para dispersar. Os trabalhadores reagem e segue um tiroteio. Duas bombas explodem na delegacia e a multidão a invade. Pouco depois soldados do Exército intervêm, desocupando a delegacia e dispersando os trabalhadores, que pretendiam invadir a Intendência do Exército. O conflito se estendeu às ruas vizinhas. Segundo Edgar Rodrigues, os operários souberam que o levante havia sido traído e assim evitaram atitudes extremas. Um militar havia se infiltrado no movimento, participando de todas as reuniões e inclusive ficando responsável pela estratégia militar do levante. O plano era que, após a tomada da Intendência, os operários e militares revoltosos rumariam para o Centro e atacariam a Prefeitura, o Palácio da Polícia, o Quartel da Brigada Policial; enquanto na Zona Sul se atacaria o Palácio do Catete e a Câmara dos Deputados.

No início da tarde haviam sido presos todos os “cabeças” do movimento: José Oiticica, Manuel Campos, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João da Costa Pimenta e Agripino Nazaré, que seriam deportados ou expulsos para outros estados do país. Cerca de 200 pessoas são detidas. Até o dia 21 seriam presos ao todo 78 militantes. Na porta de uma fábrica a polícia mata o tecelão Manoel Martins e fere outro operário, que viria falecer dias depois. O cortejo fúnebre, apesar de proibido, é acompanhado por centenas de operários. Prosseguiria por mais duas semanas a greve dos tecelões, metalúrgicos e da construção civil. Dia 20 a sede destes sindicatos é fechada e a UGT é dissolvida por decreto federal.

Greve em Rio Grande

Em 1919 acontece em Rio Grande uma greve de grande importância. Sua principal reivindicação é a jornada de 8h sem redução de salário e acréscimo de 50% na hora extra. A greve começou devido a troca do meio de transporte para os trabalhadores da Cia Francesa, responsável pelo Porto Novo. No dia 5 de maio, o bonde que iria para Cia. Swift foi para União Geral dos Trabalhadores. Os trabalhadores tiveram o gosto de verem conduzidos de bonde até sua sede, a despeito do patrão.

A greve generalizou-se, levando as autoridades a reforçar a polícia com praças de outros lugares. Mesmo sendo importante a adesão de mais categorias, o comitê central dispensou o apoio do pessoal da Usina de Eletricidade, vendo que isto atrapalharia a população.

Os estivadores aderiram, no dia 6, mantendo a sua tradição combativa, “*sempre como um só homem disposto para o que der e vier*”, conforme o jornal rio-grandino *O Nosso Verbo*, de orientação libertária. No dia 7 foi a Italo-Brasileira, oficinas mecânicas e a Viação Férrea. A greve agora é quase geral.

Logo após começa a repressão através da censura dos serviços telegráficos, impedindo a comunicação da UGT com associações de outras cidades. A polícia começa com ações violentas contra um movimento que até então era pacífico, quando atentou contra operárias que estavam em frente da Rheingantz e da União Fabril, tentando dispersá-las a *pata de cavalo* no momento em que estes declaravam greve. As mulheres reagiram e a “*polícia, só porque estava armada, massacrou as operárias; caso o contrário teriam apanhado*”, segundo *O Nosso Verbo*. Também houve uma invasão à sede da UGT por parte da polícia.

Outras categorias vão aderindo. No dia 8 acontece uma passeata com 3000 operários, entre mulheres e crianças. Ao passarem pela praça Tamandaré, um sargento dá ordem para a dispersão, isso não ocorrendo, a BM põe-se em posição de avanço sobre as operárias, e toma a bandeira da UGT. Não contentes, os soldados descarregaram as armas na população. O resultado foi um pedreiro (que estava apenas de passagem pelo local), que foi morto e vários ferido. Dessa forma os operários se dispersaram, e parte deles se reagrupou na sede da UGT e lá recomeçam os conflitos com a polícia, que termina por lacrar a sede da entidade. Também sede da Sociedade dos Marinheiros e Remadores, entre outras associações, foram fechadas. A polícia vigiava os edifícios públicos federais, o Novo Porto, as estações da Viação Férrea e a Usina Elétrica. Os operários contavam com o apoio dos bombeiros que, ao serem intimados a vigiar a população, aderiram ao movimento. O efetivo policial já contava com cerca de 90 praças e um navio de guerra da Marinha.

O clima de tensão estava aumentando a cada momento, as autoridades distribuíram um comunicado dizendo para a população não tomar parte de nenhuma manifestação, e que qualquer manifestação será reprimida. Por outro lado os grevistas pediam para que se mantivesse a luta: “*A polícia semeou o vento que colheu a tempestade. É preciso ir até o fim. Não recuar covardemente. Ninguém volte ao trabalho, que a vitória será certa. E que cada uma faça o que puder e julgar conveniente para o triunfo de nossa causa. Se a constituição é um farrapo e a liberdade de reunião uma mentira, que se reúnam os grupos e ajam como puderem*”

Apenas no dia 14 algumas categorias começaram a voltar ao trabalho. Muitos operários voltaram a trabalhar mas não mais no local onde trabalhava, pois foram demitidos.

No dia 17 a imprensa noticia o fim da greve, e foram libertados operários presos durante a greve. As chaves das associações operárias foram devolvidas, bem como a bandeira da UGT que havia sido tomada durante a passeata do dia 8. A greve trouxe o atendimento das reivindicações de algumas categorias.

O 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul

Realizado nos dias 21 a 25 de março de 1920, o Congresso conta com a participação de 30 associações operárias das cidades de Porto Alegre, Santa Maria, Caxias do Sul, Rio Grande, Pelotas, Bagé e Santana do Livramento. O Congresso aprova entre outras coisas a Declaração de Princípios da FORGS, com forte conteúdo anti-capitalista e anti-estatal.

O 3º Congresso Operário Brasileiro

O 3º Congresso acontece nos dias 23 a 30 de abril de 1920. Ratificando as teses do 1º e 2º Congressos, entre outras resoluções, cria-se uma Comissão Executiva com cinco seções regionais e cinco secretários excursionistas, com objetivo de avançar a reorganização do movimento operário. Neste Congresso se aperfeiçoam as orientações para a organização sindical trabalhadas desde o 1º Congresso. (*Ver nos anexos*)

Participam associações do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco, Pará, Mato Grosso e Amazonas.

Também estava na pauta do movimento operário a questão que alguns vinham propondo de formação de uma partido operário, contra o que a COB se opunha veementemente. São interessantes as colocações de Neno Vasco, no *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário*:

“(...) evidentemente o nome de ‘partido operário’ é usurpado e abusivo. Só pode haver um partido operário: aquele que possa admitir em seu seio todos os operários e só os operários, baseando-se sobre os interesses comuns a todos e por todos compreendidos ou sentidos. para isso é preciso achar-lhe um sólido terreno de acordo.

A base de acordo não pode achar-se nos interesses e idéias indecisos, contraditórios e pouco compreensíveis da política e da religião. É um fato que o acordo não existe nesses pontos, nem teria uma base segura sobre que assentar-se.

A política parlamentar, por exemplo, divide os operários, que de política se ocupam, em duas facções bem distintas: a dos partidários e a dos inimigos da ação eleitoral e parlamentar. E entre os primeiros produz ainda rivalidades de partido, de candidatos, de pessoas, as mesquinhas intrigas que formigam na feira eleitoral.”

Colocando que um verdadeiro partido do trabalho, que realmente representasse os interesses operários é o próprio sindicato e suas respectivas federações e confederações, complementa que este *“é uma grande e sólido partido, com base firme, formando-se de baixo para cima, do simples para o composto. Não há comitês diretivos, não há cabeças – facilmente decapitáveis.. (...) Faz-se a educação mútua no sentido de evitar que os indivíduos possam admitir chefes e depositar neles a sua confiança, a sua iniciativa, ficando desorientados quando esses chefes são empolgados pelo adversário.”*

Crescimento das divisões no Movimento Operário e o 3º Congresso

As eleições estaduais de 1922 e a Revolução Assisista de 1923 tenderam a criar mais divisões no movimento operário no RS. Há manifestos operário contra e a favor dos candidatos Borges de Medeiros e Assis Brasil. Os sindicalistas suspendem o funcionamento de alguns sindicatos para evitar que sua atividade fosse apropriada por alguma das correntes em guerra civil.

Os comunistas, que haviam fundado seu partido em 1922 mantinham colunas nos jornais do PRR e da Liga dos Operários Republicanos. No entanto não eram estes ainda os maiores concorrentes dos anarquistas, ao menos em Porto Alegre, e sim os operários pró- PRR.

Em outros estados do Brasil essa disputa era intensa. Elvira Boni relata que desde a fundação do PCB não se realizava assembléia que não acabasse em discussão estéril, e muitas vezes em violência. O ponto de discórdia girava quase sempre em torno dos rumos da revolução russa, das prisões naquela país e de operários fuzilados.

Em 1925 se realiza o 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul expondo ainda mais as divisões políticas. As atas registram pelo menos dois incidentes em que há discussão com operários que queriam participar do Congresso mas por serem ligados à partidos políticos são impedidos de fazê-lo. Depois seguiam-se críticas à ditadura do proletariado e à repressão sofrida pelos trabalhadores na Rússia. Neste Congresso também ocorre a adesão à AIT, se constitui um Comitê pró- Presos Sociais, que na época já constituem 1500 em todo o país, se discute a organização dos trabalhadores rurais e a situação da mulher operária.

Aumento da repressão e a Colônia Penal da Clevelândia

A repressão policial iria atingir principalmente o movimento em São Paulo e Rio de Janeiro. Prisões, deportações, torturas e assassinatos iriam ser cometidos contra os operários, além de fechamento das sedes das associações e até das escolas. Em Santos, os presos ficavam em solitárias nus e sem alimentos e água por vários dias. Espancamentos, invasões de moradia e outras violências eram freqüentes em São Paulo. A polícia também montava as famosas “bernardas”, que eram planos conspirativos que esta mesmo inventava para poder envolver os militantes.

Sob o governo de Artur Bernardes (1922-1926) é criada uma espécie de campo de concentração na Clevelândia, localizada no extremo norte brasileiro junto à Guiana Francesa, para onde eram mandados presos políticos e sociais. Para lá foram mandados mais de 1000 ativos militantes operários, sendo que mais de 500 não sobreviveram.

Um outro relato, escrito por Domingo Braz em setembro de 1925 dá mais detalhes à situação à que estavam submetidos os deportados da Clevelândia. (*ver em anexo*)

O 4º Congresso Operário do Rio Grande do Sul

Dizia-se que “*os libertários do Brasil estão entrincheirados no Sul*”. Isto porque o estado era o mesmo atingido pela repressão bernardista. No resto do Brasil, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, a maioria das associações operárias estavam fechadas e muitos dos militantes mais ativos haviam sido presos ou deportados. Por isso busca-se a partir deste Congresso um processo de reorganização da COB, e participam deste associações e grupos libertários de São Paulo e Pará. Entre os temas do Congresso há um informe sobre a campanha pela Libertação de Sacco e Vanzetti que tinha feito a Federação Operária de Porto Alegre, realizando trinta reuniões públicas.

O anarquismo pós-30

Getúlio Vargas reclamará para si a paternidade de todas as conquistas obtidas pelos trabalhadores. “*Praticamente todas as conquistas hoje condensadas na legislação trabalhista, e que o Estado, de forma paternalista, diz ter concedido ao trabalhador, foram arrancadas uma a uma, a custo de muito sangue e sacrifício, na luta cotidiana dos operários*”, diz Edgar Leuenroth, dando o exemplo das oito horas de trabalho que fora conquistada pelos trabalhadores da construção civil desde 1908.

Em 1934 os anarquistas ainda tem presença marcante na campanha anti-fascista, protagonizando a Batalha da Praça da Sé em São Paulo contra os integralistas e frustrando sua intenção de imitar a Marcha Fascista sobre Roma. Com ousadia e astúcia revolucionária o russo Simón Radowitzky e o espanhol Juan Pérez, ao perceberem a tocaia armada pelos “galinhas verdes” e as forças oficiosas contra a oposição popular tomam o controle da situação ao se apropriar de uma arma posicionada estrategicamente pelos integralistas.

Neste ano ainda se busca reorganizar a COB em um ato de 1º de maio realizado na FOSP. O ato tem por oradores os ativos militantes Edgar Leuenroth e Florentino de Carvalho.

Em 1935 após a intentona comunista, desencadeia-se uma feroz repressão com muitas prisões. O golpe getulista de 1937, instalando a ditadura, coloca a esquerda na clandestinidade e o anarquismo que só ressurgiu em 1945, com uma atuação muito reduzida e predominantemente na área cultural.

Descenso do sindicalismo combativo e da incidência anarquista

Vários fatores contribuíram para que acontecesse o refluxo da organização operária combativa que se conheceu naqueles anos. A forte repressão, principalmente a partir de 1922, a ascensão do fascismo, a cooptação das conquistas operárias e a hábil formação de lideranças pelegas pelo Estado, as práticas comunistas no sentido de destruir toda organização operária que não estivesse subordinada ao partido, entre outras.

Intimamente ligado a isso está o refluxo da incidência anarquista no Brasil. Tendo a organização operária praticamente como seu único espaço de atuação, com o seu desmantelamento a militância anarquista termina por se dispersar e se enfraquecer. A falta de uma organização específica de anarquistas, que pudesse permanecer no tempo independente do refluxo do movimento operário e resguardar aquele saber adquirido em tantos anos de luta é um fator de peso a se agregar a outros que contribuíram para o descenso do anarquismo no Brasil.

FONTES PARA CONSULTA:

Literatura

- *A GREVE DE 1917 – AS ORIGENS DO TRABALHISMO GAÚCHO* – Miguel Bodea. LPM. Porto Alegre, 1978. Embora o enfoque seja buscar as origens do trabalhismo a partir de Borges de Medeiros, traz bastante informações sobre a Greve de 1917 em Porto Alegre e no interior e a greve nas ferrovias, além de dar uma noção do panorama da política burguesa da época.

- *PRIMEIRAS LUTAS OPERÁRIAS NO RIO GRANDE DO SUL* – João Batista Marçal. Livraria do Globo. Porto Alegre, 1985. Retoma a história de várias associações operárias.

- *ANTOLOGIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO GAÚCHO* – Sílvia Petersen e Maria Elizabeth Lucas. Editora da Universidade. Porto Alegre, 1992. Faz um apanhado do período de 1870 a 1937, trazendo vários documentos e artigos da época.

- *POVO! TRABALHADORES! TUMULTOS E MOVIMENTO OPERÁRIO* – Adhemar Lourenço da Silva Jr. UFRGS-IFCH, dissertação de mestrado. Porto Alegre, 1994. Relata em detalhes a Greve de 1917 em Porto Alegre, entre outros acontecimentos. É uma obra bastante extensa.

- *ESTUDOS IBERO-AMERICANOS* – vários autores. PUCRS, revista do Departamento de História. Porto Alegre, 1996. Diversos artigos sobre diferentes aspectos do movimento operário, como relação com os partidos políticos burgueses, o movimento em Pelotas e Rio Grande, participação das mulheres, o anarquismo na família de Zenon de Almeida e Eulina Martins, etc.

- *OS ANARQUISTAS NO RIO GRANDE DO SUL* – João Batista Marçal. Unidade Editorial Porto Alegre. Porto Alegre, 1995. Traz uma breve biografia sobre vários anarquistas militantes do período de final do século XIX e início do século XX.

- *RIVALIDADES E SOLIDARIEDADES NO MOVIMENTO OPERÁRIO* – Isabel Bilhão. EDIPUCRS. Porto Alegre, 1999. Fala especialmente das divergências entre anarquistas e sociais democratas em Porto Alegre no período de 1906 a 1911.

- *BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE A GREVE DE 1919* – Francisco Vargas. Texto sobre esta greve em Rio Grande

- *HISTÓRIA DO ANARQUISMO* – revista da SOMA. Fala das origens do anarco-sindicalismo, da influência anarquista no movimento operário do Brasil e faz uma boa abordagem sobre a pedagogia libertária.

- *O SONHAR LIBERTÁRIO* – Cristina Hebling Campos. Editora da UNICAMP. Campinas, 1988. Fala do movimento operário no período de 1917 a 1921 em São Paulo e no Rio de Janeiro.

- *A SEMANA TRÁGICA* – Christina da Silva Roquette Lopreato. Museu da Imigração. São Paulo, 1997. Fala da Greve de 1917 em São Paulo.

- *MORAL PÚBLICA E MARTÍRIO PRIVADO* – Alexandre Samis. Editora Achiamé, FERLAGOS e CELIP. Rio de Janeiro, 1999. Se refere à colônia penal de Clevelândia, para onde foram levados vários anarquistas no governo de Artur Bernardes.

VÍDEO

- *LIBERTÁRIOS* – documentário que fala da participação de imigrantes italianos anarquistas no movimento operário de São Paulo.

- *ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL (1985)* – documentário bem interessante produzido pelo Sintel que retrata a trajetória do sindicalismo no Brasil desde metade do século XIX até os anos 80. Dividido em 4 partes. Infelizmente a cópia que temos na Videoteca possui uma qualidade bastante precária.

- *PATAGÔNIA REBELDE* – relata o trágico acontecimento na Patagônia (Argentina) a partir do desenrolar de uma greve dos peões das estâncias da localidade de Rio Galegos. Dá um retrato de como eram as organizações operárias na época e suas dificuldades.